

**HABEAS CORPUS Nº 524.569 - SP (2019/0225333-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
THIAGO GÓES CAVALCANTI DE ARAÚJO - SP419793  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ALEXANDRE DIAS SIQUEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ALEXANDRE DIAS SIQUEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento da Apelação n. 0002016-27.2015.8.26.0025.

Consta dos autos que o paciente, em primeiro grau de jurisdição, foi condenado pela prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006, às penas de 12 anos, 5 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 1.865 dias-multa (fls. 587/602).

Inconformada, a defesa apelou e o Tribunal *a quo* proveu parcialmente o recurso para reduzir as penas aplicadas ao paciente para 5 anos de reclusão e 500 dias-multa, pela prática do crime de tráfico de drogas, e a 3 anos de reclusão e 700 dias-multa, pela prática do crime de associação para o tráfico, mantidos, no mais, os termos da sentença condenatória (fls. 757/771).

No presente *mandamus* (fls. 3/10), a impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, ao condená-lo pelo delito de associação para o tráfico, porquanto reputa estarem ausentes os elementos necessários para a configuração do tipo penal, quais sejam, a estabilidade e a permanência do vínculo associativo.

Uma vez afastada a condenação pelo delito de associação para o tráfico, aponta ser possível a aplicação do redutor de pena previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, devendo o benefício ser estendido aos demais corréus, à

exceção do réu Isaque, por ser reincidente.

Ao final, liminarmente e no mérito, requer a absolvição do paciente pelo delito de associação para o tráfico e a aplicação do redutor de pena previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, com extensão do benefício aos demais corréus.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 920/921).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (fls. 927/935), na forma da seguinte ementa:

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ESTABILIDADE E PERMANÊNCIA. TRÁFICO PRIVILEGIADO. WRIT SUBSTITUTIVO. CONCESSÃO DA ORDEM.*

*1. O habeas corpus, quando utilizado como substituto de recursos próprios, não deve ser conhecido, somente se justificando a concessão da ordem de ofício quando flagrante a ilegalidade apontada.*

*2. Se comprovadas a estabilidade e a permanência exigidas pelo tipo penal descrito no art. 35, caput, da Lei nº 11.343/2006, impossibilita-se o pleito de absolvição.*

*3. Mantida a condenação pela associação para o tráfico, inviabiliza-se a apreciação da incidência do §4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006.*

*4. Parecer pelo não conhecimento do writ.*

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção dos pacientes.

No tocante ao pleito de absolvição, cabe ressaltar que o *habeas corpus* não é a via adequada para apreciar tal pedido, tendo em vista que, para se desconstituir o decidido pelas instâncias de origem, mostra-se necessário o

reexame aprofundado dos fatos e das provas constantes dos autos, procedimento vedado pelos estreitos limites do remédio heróico, caracterizado pelo rito célere e por não admitir dilação probatória.

Ilustrativamente:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ABSOLVIÇÃO. DESCONSTITUIÇÃO DA CONCLUSÃO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NECESSIDADE DE REEXAME APROFUNDADO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DOSIMETRIA. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA (ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/06). AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. EMPREGO DE ARMA. DESNECESSIDADE DE APREENSÃO E REALIZAÇÃO DE PERÍCIA. UTILIZAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE PROVA. INCIDÊNCIA DA MAJORANTE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. AGRAVO DESPROVIDO.*

*I - A parte que se considerar agravada por decisão de relator, à exceção do indeferimento de liminar em procedimento de habeas corpus e recurso ordinário em habeas corpus, poderá requerer, dentro de cinco dias, a apresentação do feito em mesa relativo à matéria penal em geral, para que a Corte Especial, a Seção ou a Turma sobre ela se pronuncie, confirmando-a ou reformando-a.*

*II - In casu, o que avulta do contexto fático delineado pela col. Corte a quo não é uma conduta de usuário de substância entorpecente, mas a de alguém que faria da mercância de drogas seu meio de vida, ante "a forma de acondicionamento das substâncias entorpecentes, bem como a apreensão em local já conhecido pela venda de drogas, e as uníssonas declarações dos policiais militares, demonstram, à saciedade, que as substâncias apreendidas efetivamente se destinavam ao tráfico [...]." Qualquer incursão que escape a moldura fática ora apresentada, demandaria inegável revolvimento fático-probatório, não condizente com os estreitos lindes deste átrio processual, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária. Precedentes.*

*III - O Tribunal de origem se apoiou em robusto conjunto probatório para impor a respectiva condenação, quais sejam, "os policiais militares esclareceram que o recorrente exercia ao menos a função de olheiro na organização de tráfico de drogas local conhecida com Comando Vermelho, [...] levando-se em*

*conta as circunstâncias em que foi detido o recorrente, o local da apreensão, bem como toda prova testemunhal, restando confirmado que o apelante estava associado a terceiros com o fim de praticar o tráfico ilícito de drogas no local." Insta consignar as informações exaradas no acórdão no sentido de que o paciente se descolava da área dominada pelo Comando Vermelho, de modo que seus comparsas recebiam os policiais a tiros, tendo ele se beneficiado do confronto para tentar fugir. Dessa forma, estando demonstrada a associação do paciente à estável societas criminis dedicada à prática do tráfico ilícito de entorpecentes, correta sua condenação como incurso no art. 35, caput, da Lei n. 11.343/06. IV - O artigo 40, inciso IV, da Lei de Drogas dispõe que as penas previstas nos arts. 33 a 37 da Lei 11.343/2006 são aumentadas de um sexto a dois terços, se o crime tiver sido praticado com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo, ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva. In casu, considerando que, conforme os depoimentos policiais, na tentativa de fuga do paciente, os policiais sofreram disparos de arma de fogo, mostra-se adequada a incidência da sobredita causa de aumento, sendo prescindível sua apreensão, eis que comprovado por outros meios de provas que os delitos foram perpetrados com emprego de arma de fogo. Desconstituir as conclusões do acórdão recorrido, objetivando afastar a incidência das causas de aumento de pena previstos nos incisos III, IV e VI do artigo 40 da Lei n. 11.343/06, exigiria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, inviável na via eleita (AgRg no AREsp n. 1.140.346/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 30/04/2018). V - O parágrafo 4º, do art. 33, da Lei n. 11.343/06, dispõe que as penas do crime de tráfico de drogas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa. Na espécie, a não aplicação da minorante, prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, está devidamente fundamentada, uma vez que o paciente foi condenado pelo crime de associação para tráfico, não preenchendo, portanto, os requisitos legais para a concessão da benesse, inexistindo flagrante ilegalidade. Precedentes.*

*Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 477.839/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 11/02/2019)*

No caso, as instâncias locais assim justificaram a condenação do paciente (e-STJ fl. 592):

[...]

*Desse modo, considerando a natureza das substâncias ilícitas encontradas, a quantidade e a forma de acondicionamento das drogas, bem como todo o quadro exposto acima, faz-se imperiosa a conclusão de que toda a prova amealhada nos autos converge em um só sentido:*

*de que os réus estavam associados para a prática da mercancia espúria e utilizavam a própria residência como ponto de venda e base da associação.*

*No tocante à alegação sobre o uso de drogas, cumpre destacar que tal condição não infirma a acusação lançada na inicial, já que cada vez mais frequente nos lindes forenses a figura do traficante-usuário, não sendo possível afastar a traficância apenas por ser o acusado dependente toxicológico. Ademais, conforme já salientado, a prova cotejada conduz à conclusão da existência de associação e tráfico de drogas.*

*Destarte, da inferência de todo o quadro angariado, resta verificado o elemento subjetivo, o dolo na conduta de associação para a prática do tráfico de drogas, demonstrando a finalidade de estruturação organizacional, visando aprimorar a mercancia ilícita, com ânimo duradouro e estável, objetivando o lucro fácil que este tipo de atividade pode proporcionar.*

*Dessa feita, sendo o conjunto probatório harmônico e coerente, robusto o suficiente a ensejar a formação da convicção no sentido condenatório, a responsabilização dos réus pelos crimes de associação e tráfico de drogas é imperiosa.*

Pela leitura dos excertos acima, verifica-se que a conclusão obtida sobre a condenação do paciente pelo crime de associação para o tráfico foi lastreada no acervo probatório.

Nesse contexto, entendimento diverso, como pretendido pelo impetrante, repito, demandaria a imersão vertical no acervo fático e probatório carreado aos autos, providência incabível na via processual eleita, não havendo que se falar, portanto, em absolvição por insuficiência probatória.

Por fim, mantida a condenação pela prática do crime de

# *Superior Tribunal de Justiça*

associação, prejudicados os pedidos de aplicação do redutor do tráfico privilegiado e de extensão dos efeitos aos corréus.

Ante todo o exposto, ausente qualquer constrangimento ilegal, com base no art. 34, inciso XX, do RISTJ, **não conheço** do *habeas corpus*.

Intime-se.

Brasília/DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator